

FILOSOFIA
POLÍTICA
segundo
João Cardoso Rosas

*Jorge Mateus
e Pedro Góis Moreira*



JOÃO CARDOSO ROSAS

estudou na Universidade do Porto (licenciatura e mestrado) e no Instituto Universitário Europeu de Florença (doutoramento). É professor associado no Departamento de Filosofia do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. Tem também sido professor ou investigador visitante em Lisboa, Madrid, Oxford e Providence. As suas áreas de interesse são a ética e a filosofia política. A sua produção académica tem sido dirigida, sobretudo, para as teorias contemporâneas da justiça, do pluralismo doutrinal e ideológico e dos direitos humanos.

Qual foi o seu percurso intelectual e institucional?

Depois da licenciatura em Filosofia na Universidade do Porto (1985) fiz um mestrado em Filosofia Social e Política (1990), também na UP, ao mesmo tempo que tinha a interessante experiência de lecionar a disciplina de Filosofia no ensino secundário. Nesse tempo, os mestrados eram longos, com dois anos curriculares seguidos de dois anos de tese. Quando estava nesse processo concorri para a Universidade do Minho (UM), para lecionar história das ideias políticas e sociais. Comecei a trabalhar na UM e, entretanto, completei o mestrado. Seguidamente leccionei vários anos em Braga, fui fazer um doutoramento (defendido em 2001) no Instituto Universitário Europeu de Florença, combinado com a Universidade da Califórnia em Berkeley, onde passei um ano. Depois disso voltei à Universidade do Minho, onde passei a lecionar sobretudo filosofia política contemporânea (desde 2009), tendo tido entretanto posições de visitante noutras instituições, como a Brown University (um semestre como professor), a University of Oxford (um semestre como *research fellow*) e o Instituto de Filosofia do CSIC (Consejo Superior de Investigaciones Científicas) – Madrid (um semestre como investigador visitante). Tenho também dado cursos mais breves de filosofia política contemporânea no IEP (Instituto de Estudos Políticos) da Universidade Católica, na Universidade Autónoma de Madrid e, mais recentemente, no ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa).

Que motivos o levaram a interessar-se e a estudar filosofia política?

Quando cursava Filosofia na Universidade do Porto (UP) a filosofia política interessou-me não ainda como um campo autónomo, ou bastante independente, da restante reflexão filosófica – como viria a acontecer mais tarde –, mas antes como uma porta de entrada para a filosofia geral. Ou seja, para mim a filosofia política tratava de questões que diziam respeito à cidadania e ao Estado, mas punha em marcha uma reflexão muito mais alargada que buscava os fundamentos, éticos, epistémicos e, em última instância, ontológicos que só a tradição filosófica podia fornecer.

Completou a licenciatura e o mestrado em Portugal, na Universidade do Porto, mas obteve o doutoramento no Instituto Universitário Europeu de Florença. Que razões o levaram a optar por fazer o seu doutoramento no estrangeiro?

Face à situação da filosofia política em Portugal nos anos 80, quando quase ninguém conhecia nem mesmo [John] Rawls, o doutoramento só poderia ser feito no estrangeiro. Concorri para doutoramento no IUE (Instituto Universitário Europeu) e nos Estados Unidos através da Fulbright, tendo obtido ambas as bolsas e sendo colocado em Florença e na New School, em Nova Iorque. Mas como apreciava o pensamento de Steven Lukes, que seria meu primeiro orientador em Florença, optei pelo IUE. Além disso, o facto de ser mais perto e de eu não conhecer os Estados Unidos também contribuiu para a decisão. A entrada no IUE implicou uma bolsa para doutoramento que era concedida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Acabei por escrever a tese em inglês para que os orientadores a pudessem ler, embora isso não me agradasse particularmente (a minha segunda língua era o francês, como acontecia com quase todos os da minha geração).

Que escola de pensamento mais o influenciou? Que filósofos marcaram o seu percurso? E dos académicos que conheceu pessoalmente, quem o influenciou mais?

Como inicialmente estava interessado na conexão entre a filosofia política e outras áreas da filosofia, interessei-me pelo pensamento de Karl Popper, por poder fazer uma ponte direta entre política, por um lado, e a epistemologia e a teoria do conhecimento, por outro. Mas o pensamento de Popper interessou-me também pelo distanciamento face ao marxismo. Na Universidade do Porto o ensino da filosofia política nos anos 80 do século xx era muito marcado por uma visão que poderia chamar «cato-marxista» (ou católico-marxista). Essa visão redundava facilmente em dogmatismo ideológico. Por isso o pensamento de Popper parecia um bom antídoto liberal. A partir daí interessei-me por outros pensadores de matriz mais inglesa. Após o mestrado, descobri, pela via da filosofia política de língua inglesa, o pensamento de John Rawls. Para minha surpresa, Rawls era já dominante na filosofia

política em termos internacionais, mas nunca me tinham falado dele na Universidade do Porto, dominada pela filosofia francesa e alemã. Com ainda maior surpresa descobri que Rawls, assim como autores que vieram no seguimento dele, como Robert Nozick, Michael Sandel, Michael Walzer, *et cetera*, eram até então praticamente desconhecidos em Portugal e ninguém os lecionava nas universidades. Isso despertou ainda mais o meu interesse por esses pensadores e passei a empreender um trabalho de divulgação dessa vertente da filosofia política em Portugal. Quando fui para doutoramento não deixei de ser também influenciado pelos meus principais supervisores e professores da altura, como Steven Lukes, Jeremy Waldron e Will Kymlicka. Na Universidade do Minho fui também influenciado por Acílio Estanqueiro Rocha, que praticava filosofia política na tradição francesa, com um nível de rigor que eu não tinha antes encontrado.

Quem identifica como adversários intelectuais? Contra que argumentos construiu os seus?

Como disse acima, inicialmente o adversário intelectual era um certo dogmatismo cato-marxista. Daí o apelo do pensamento liberal de autores como Popper. Mas depois dessa oposição a um certo «comunitarismo de esquerda», marquei também oposição ao «comunitarismo de direita» de alguns autores contemporâneos, ou ainda de muitos dos chamados «straussianos» (os seguidores de Leo Strauss), cuja marca principal continuava a ser – como no caso dos marxistas que conhecia – o dogmatismo, o fechamento à crítica, o estilo oracular.

Quais considera terem sido os seus principais contributos para o estudo e o desenvolvimento da filosofia política em Portugal?

Acho que contribuí, na medida das minhas possibilidades, para atualizar o ensino e a investigação da filosofia política em Portugal. Introduzi o ensino da filosofia política contemporânea de língua inglesa, de autores como Rawls, Nozick, Sandel, Walzer, Nagel, Iris Young e Kymlicka. Mais tarde, escrevi ensaios e editei livros nessa linha. Criei cursos de pós-graduação no mesmo sentido, na Universidade do Minho (primeiro um mestrado em Ética

e Filosofia Política, mais recentemente um mestrado em Filosofia Política, o único especializado no assunto em Portugal). Fundei um grupo de investigação chamado Grupo de Teoria Política, para juntar pessoas de Filosofia e Ciência Política, mas que faz sobretudo filosofia política e ética aplicada. Entretanto, este grupo evoluiu para centro de investigação, sediado na Universidade do Minho: trata-se do Centro de Ética, Política e Sociedade (CEPS). Organizei várias conferências, seminários e ciclos de palestras dedicados à filosofia política contemporânea, trazendo a Portugal autores como Lukes, Waldron, Ackerman, Adam Swift, Jonathan Wolff, Richard Bellamy, Charles Beitz, Thomas Pogge, Samuel Scheffler, entre muitos outros.

Nos últimos anos, desempenhou cargos diretivos na Associação Portuguesa de Ciência Política e na Sociedade Portuguesa de Filosofia. Que mais-valias guarda dessas experiências e que impacto podem elas nutrir no desenvolvimento da filosofia política a nível académico?

Estive alguns anos na Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP) como membro da Direção e, no seguimento disso, foi-me feito o desafio – pelo António Costa Pinto – de concorrer à presidência. Aceitei por achar que em Portugal a vida das sociedades científicas na minha área era algo pobre e precisava de um novo dinamismo. Uma das constatações das minhas estadias no estrangeiro, particularmente nos Estados Unidos, foi a da vitalidade das associações científicas e como isso é importante para criar uma comunidade de ciência. Empenhei-me assim na APCP, procurando além do mais abrir caminho para a teoria e filosofia política no âmbito dos Estudos Políticos. Sempre achei que quem fica restrito a estudos de política comparada, ou Relações Internacionais, por exemplo, sem frequentar o pensamento político, os grandes autores, as correntes contemporâneas, fica a perder. Pouco se entende de política quando não há prática de teoria e filosofia política. Pensei que trazer essa mensagem era um segundo tipo de impacto que gostaria de ter. Isso gerou também um certo cansaço e acabei por sair, achando que tinha dado o meu contributo. Mais tarde fui desafiado para a Sociedade Portuguesa de Filosofia, da

qual era já membro do Conselho Científico, pelo Ricardo Santos. Achei que aqui havia também duas missões a desempenhar. Por um lado, a mesma missão de criar uma verdadeira comunidade de investigadores, coisa que é muito difícil na filosofia em Portugal. Em segundo lugar, queria vencer as dicotomias que se instalaram entre filosofia analítica e filosofia continental. Isso parecia-me – e continua a parecer-me – improdutivo, embora eu próprio seja conotado, não sei se justamente, com a «filosofia política analítica». As impressões que guardo destas experiências associativas são boas, mas com um misto de cansaço, uma vez que estes lugares implicam constantes deslocações a Lisboa e eu vivo a 350 km de distância.

Neste momento, é o presidente da Direção da Sociedade Portuguesa de Filosofia para o biénio 2015-2017.¹ Atendendo à sua formação em filosofia política e à proximidade académica e institucional com esta área, podemos esperar algum contributo especial por parte da SPF [Sociedade Portuguesa de Filosofia] no âmbito da filosofia política?

Como presidente da SPF não posso favorecer nenhuma subárea da filosofia. Mas certamente procuro que a filosofia política não seja desfavorecida face aos domínios mais tradicionais da metafísica, da filosofia do conhecimento, etc. Talvez tenha contribuído para que a filosofia política e a ética tenham atualmente alguma visibilidade a nível dos congressos, encontros de professores e até do prémio de ensaio filosófico que a SPF organiza. Mas não me cabe, enquanto presidente da SPF, dar mais relevo à filosofia política do que aquele que ela tem entre os praticantes nacionais nas várias áreas da filosofia.

À semelhança de outros filósofos, já considerou escrever um livro que se apresente como guia para aprender a viver, refletindo nele as suas preocupações filosóficas com o futuro?

Sim, se calhar todos os filósofos têm essa tentação existencial. Até mesmo aqueles cujo trabalho é notoriamente analítico tendem por

¹ Esta entrevista teve lugar em 2016.

vezes a passar ao registo da introspeção ou do autoexame (pense-se em Nozick (1989) e no livro *The Examined Life*). Se os anos e a vitalidade ajudarem penso ainda escrever um livro desse tipo, voltado para a reflexão existencial e ética (já tenho um plano...).

E da relação do filósofo político com a atividade política prática, que benefícios ou malefícios crê daí resultarem? Já ponderou ou pondera vir a ter uma vida política ativa, exercendo funções num governo? Nesse caso, que cargo desejaria ter?

Procurei ter uma intervenção política mais ativa através dos jornais. Por isso durante dez anos publiquei crónicas semanais, sobretudo na imprensa económica. Acho que os filósofos políticos podem trazer uma linguagem e um tipo de análise que fazem alguma diferença no panorama do comentário político. Esclarecer termos, mostrar alternativas, são algumas das coisas que um filósofo político pode fazer. Acho que a filosofia política também deve ser – e nem pode deixar de ser – uma filosofia pública. A minha visão é antiplatónica. O filósofo pode ajudar a esclarecer e tem instrumentos para isso, mas o conhecimento que formula não é uma *epistême*, um conhecimento certo e indubitável, é antes uma espécie de *doxa*, de opinião, mas acompanhada das melhores razões. Também já tive alguma atividade mais diretamente política em *think tanks*. Mas descobri que estes dificilmente são levados a sério em Portugal, ou têm as condições materiais mínimas. Em geral são apenas instrumentos que os principais partidos usam estrategicamente para alcançar o poder justificando a sua luta política com apelo ao saber e à academia. Já fui sondado para cargos políticos por duas vezes, mas recusei porque isso implicaria ir viver para Lisboa, o que não está nos meus planos. Tenho algum ceticismo quanto à vocação dos filósofos para a política prática. O (contra-) exemplo de Platão é inolvidável. Mas há muitos casos mais próximos de nós, como o de Michael Ignatieff. Tenho colegas e ex-alunos que enveredaram pela política e – eles que me perdoem – os resultados não me parecem brilhantes. Como disse acima, creio que os comentadores com preocupações filosóficas tendem a centrar-se mais em questões de doutrina e de pensamento, não focando tanto aquilo que é o

hábito da maior parte dos comentadores e que é apenas o jogo político, a tentativa de alcançar o poder e mantê-lo. Em Portugal o comentário político é dominado por jornalistas profissionais ou pelos próprios agentes políticos e isso é empobrecedor. Acho que a atenção à doutrina é importante para dar significado à ação política. E que é também relevante pensar a política em termos normativos e não apenas como luta pelo poder. Claro que existe a tentação, para o filósofo político como para qualquer outro especialista, de usar a sua autoridade académica simplesmente para defender os partidos ou fações da sua preferência. Mas isso deve ser evitado. Não é essa a contribuição específica do filósofo político.

Em que está a trabalhar agora e/ou qual a sua agenda futura?

Neste momento voltei a trabalhar um pouco em história da filosofia política – já não o fazia há anos – por achar que é possível retomar o interesse no assunto a partir de preocupações contemporâneas, mais do que ficando centrado nas metodologias contextualistas, sobretudo da Escola de Cambridge que predominaram até recentemente. Ou seja, acho importante recorrer mais à história da filosofia política como forma de fazer filosofia política contemporânea. Estou também a trabalhar em filosofia dos direitos humanos, por achar que a linguagem desses direitos se tornou o grande discurso normativo da atualidade, desde o final da Guerra Fria, embora geralmente com défice reflexivo. Por fim, tenho-me voltado para a análise crítica das ideologias políticas. Creio que é uma área fundamental, mas que tem sido largamente negligenciada pela filosofia política mais recente.

Numa frase, como definiria a filosofia política?

Sou antiessencialista. Por isso considero que a filosofia política é «aquilo que os filósofos políticos fazem» – e fazem coisas diversas, até mesmo atendendo apenas ao contexto nacional. Num texto em que procuro definir a filosofia política que eu próprio pratico escrevi: «A filosofia política não se coloca acima da política, embora tenha desta uma perspetiva refletida e desinteressada. A filosofia política não reclama para si nenhuma via direta de

conexão com a verdade e não pretende exercer uma autoridade derivada desse pretensão conhecimento especial. A filosofia política endereça os problemas práticos e as dúvidas morais da sociedade. Ao fazê-lo, procura orientar e reconciliar. Mas procura também definir as bases racionais da esperança numa sociedade melhor. Neste sentido, a filosofia política é uma forma de reflexão sobre as sociedades em que vivemos e sobre o exercício do poder nos estados que as enquadram – mas voltada para o muito longo prazo» (Rosas 2012, 26).

Podemos falar de um corpo de filósofos políticos especificamente formados em filosofia política, ou os investigadores e académicos desta área têm formação diferente? Até que ponto essa formação noutras áreas do saber tem impacto na abordagem dos temas da filosofia política? E qual a distinção entre filosofia política e teoria política?

A maior parte dos filósofos políticos tem formação em Filosofia. Mas há vários outros casos: formações em Direito, História, Economia, etc. Naqueles que fazem «teoria política» nos departamentos de Ciência Política há vários com formação em Ciência Política empírica (basicamente, política comparada). Mas também aí se encontra gente com outras formações. É possível que aqueles com formação em filosofia se preocupem mais com problemas de fundamentos. Mas nem sempre é assim. Uma vez que, como se disse acima, a filosofia política atual tende a ser bastante autónoma em relação a outros saberes, os diversos praticantes tendem a fazer coisas que não se distinguem pela sua formação de base. O caso da teoria política nos departamentos de Ciência Política é interessante. Aí também se faz filosofia política, mas com a designação de teoria política por razões institucionais. Assim, podem encontrar-se departamentos de Filosofia onde alguém faz teoria política americana mais direcionada às questões doutrinárias e institucionais do que a questões de fundamentos, tal como se encontra em departamentos de Ciência Política quem faça uma filosofia política mais tradicional, em torno de temas como o direito natural e os fundamentos antropológicos da ação política. Ou seja, podemos em princípio distinguir a filosofia política da teoria política

dizendo que esta está mais preocupada com questões doutrinárias e institucionais, enquanto aquela se preocupa mais com questões de fundamentos. No entanto, muitas vezes faz-se filosofia política usando o rótulo «teoria política» ou faz-se teoria política usando o rótulo «filosofia política». Na verdade, as duas abordagens estão próximas e não há grande mal nisso. É mais uma questão institucional que tem a ver com o facto de os investigadores em teoria/filosofia política estarem em departamentos de Ciência Política, ou em departamentos de Filosofia.

Diria que a filosofia política influencia a vida social, política e económica, ou que é esta que influencia a filosofia política e a forma como esta é feita? Ou estamos perante uma relação intercambiável?

Em geral é intercambiável. É claro que o contexto é que coloca os problemas mais prementes. Não pensamos no vazio, mas em função de problemas que se levantam num determinado momento e não deixando de ter em conta a tradição da história das ideias. Mas nunca deixo de espantar-me com o modo como as ideias podem fazer o percurso contrário e influenciar os factos históricos, nem sempre da melhor forma ou sem consequências não intencionais e perversas. O caso mais claro é o das ideias de Marx e o modo como elas e os seus inúmeros avatares em grande parte determinaram o século xx. O nazismo também não é isolável de certas tendências da filosofia política alemã – e não apenas de Heidegger ou de Nietzsche. Na política atual o pensamento conservador tem alguma influência, mantendo os mesmos temas desde o seu fundador Edmund Burke. Mas mais influente é o pensamento liberal de matriz hayekiana ou até nozickiana. Este pensamento aparece muitas vezes nas defesas mais ideológicas do mercado livre e de uma certa noção de liberdade. As ideias igualitárias, de Rawls, ou neorawlsianas, são talvez menos influentes, ou têm uma influência mais difusa. Em todo o caso, as influências são sempre indiretas e mitigadas – e os resultados incertos.

Que prioridades colocaria na agenda do estudo da filosofia política para o futuro?

A filosofia política deve manter-se firmemente ancorada nos paradigmas éticos e políticos, mas tratar ao mesmo tempo os temas que a situação histórica e o debate público requerem, como sejam hoje as questões da globalização, da pobreza global, das novas formas de guerra e terrorismo, das migrações, da multiculturalidade, da crise ambiental, etc.

Considerando o panorama nacional, podemos falar da Filosofia Política enquanto disciplina autónoma?

Creio que, com a aproximação das nossas práticas de filosofia política ao que se faz internacionalmente, se gerou também em Portugal pelo menos uma autonomia relativa da filosofia política face a outros subdomínios da Filosofia. Com efeito, o tipo de filosofia política que eu próprio contribuí para introduzir em Portugal acabou por estabelecer esse campo de investigação, embora não fosse essa a minha motivação inicial, de uma forma consideravelmente autónoma quer face a outros subdomínios da Filosofia, quer ainda face à Ciência Política empírica, ou outras ciências sociais. No entanto, mantenho que continua a ser sempre interessante e produtivo apostar em cruzamentos de saberes, quer com a epistemologia ou a ontologia, por exemplo, quer ainda com a política comparada, a sociologia do poder ou a teoria da constituição, para dar exemplos da área do Direito e da Ciência Política.

Quais as causas desse processo de autonomização da filosofia política relativamente a outras disciplinas (Ciência Política, Direito, Sociologia, etc.)?

A principal causa foi o pensamento de Rawls e a filosofia política pós-rawlsiana. Ela tornou-se uma «indústria académica» tão vasta e com uma linguagem tão própria que passou a ter uma autonomia relativa face a outros domínios. O próprio percurso de Rawls, no sentido de uma filosofia «política, não metafísica» a partir dos anos 80 contribuiu definitivamente para a situação atual. Mas outros contributos no mesmo sentido poderiam ser invocados, como o caso do pragmatismo americano de Richard Rorty ou, na Europa, a evolução também pós-metafísica da filosofia política de

Jürgen Habermas (em especial a partir de *Faktizität und Geltung*). Houve, portanto, uma confluência teórica no sentido da autonomização da filosofia política.

Podemos identificar uma relação causal entre essa autonomização e o desenvolvimento político, social e económico portugueses?

A pergunta é interessante, mas a conexão não é direta. Creio que a conexão existente tem a ver com o facto de que, face ao desenvolvimento económico e também científico em Portugal, passámos a viver o mesmo tempo que os nossos parceiros europeus e americanos em termos de agenda de investigação e reflexão. Ao vivermos esse mesmo tempo, o que não acontecia antes dos anos 80, passámos também a partilhar com os outros contextos académicos esse processo geral de autonomização da filosofia política. Desenvolvi o tema há já alguns anos, mas não voltei a ele (ver Rosas 2002: 243-255).

Que temas constituem o foco de atenção dos primeiros filósofos políticos portugueses?

Sempre houve algum pensamento político em Portugal, mas não sou especialista em história das ideias políticas no país. Noto que os meus colegas que investigam a área se interessam sobretudo por aquilo a que se chama «estudos de receção». Isto é, analisam a receção em Portugal das ideias de Rousseau no século XVIII, ou das ideias de Auguste Comte no século XX, por exemplo. Mas não conheço nenhuma obra de filosofia política em Portugal original ao ponto de ser influente para além das nossas fronteiras e do Brasil.

Pode identificar as etapas mais importantes do desenvolvimento da área em Portugal?

Creio que a área se desenvolveu recentemente em Portugal sobretudo com a constituição de grupos de jovens investigadores na Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Católica de Lisboa e Universidade do Minho. Esta história é recente e ainda é difícil destacar etapas.

Que temas movem atualmente os filósofos políticos em Portugal? No seu entender, qual ou quais os temas mais prementes em filosofia política?

Muitos dos filósofos políticos portugueses estão ainda dedicados a temas históricos. Fazem investigação sobre autores: Locke, Espinosa, Rousseau, Kant, Hegel, Marx, Arendt, Foucault, etc. Alguns procuram tratar temas contemporâneos e entrar nas discussões internacionais sobre justiça local e global, federalismo e europeísmo, multiculturalismo, democracia e direitos humanos, questões de guerra e paz, política ambiental, etc.

Quem foram os académicos e investigadores que impulsionaram a filosofia política em Portugal? E hoje, quem são? Pode identificar os mais importantes profissionais a trabalharem na área da filosofia política em Portugal neste momento?

Há dois nomes particularmente importantes em Portugal: Viriato Soromenho-Marques e Diogo Pires Aurélio. O primeiro passou dos estudos históricos (Kant) para temas fundamentais da filosofia e teoria política contemporânea. O segundo dedicou-se sobretudo à história da filosofia política na Época Moderna, mas por vezes também se aproximou de temas contemporâneos. Ambos fizeram escola e deixaram jovens investigadores a trabalhar em filosofia política na Universidade de Lisboa e na Universidade Nova de Lisboa. Nesta última, é ainda de destacar o trabalho de António Marques na formação de um grupo de investigação de gabarito em ética e filosofia política. Na tradição conservadora da teoria política destaca João Carlos Espada. Fez um trabalho extremamente relevante na Universidade Católica e fez também escola, deixando discípulos que se dedicam em especial à história do pensamento político e ao pensamento liberal-conservador. Destacaria por fim o grupo da Universidade do Minho, no qual tenho tido a sorte de estar rodeado de alguns investigadores de enorme qualidade, tanto portugueses como de outros países sobretudo da Europa do Sul e que trabalham a filosofia política contemporânea, as suas implicações em termos de políticas públicas e também temas escolhidos de história da filosofia política. Há, depois, núcleos mais pequenos, mas também muito relevantes. Na Uni-

versidade do Porto não há propriamente filosofia política contemporânea, mas existe uma escola que trabalha a filosofia política na Idade Média, em torno de José Meirinhos. Em Coimbra há docentes que trabalham com rigor sobretudo a filosofia política alemã. Existe também uma vertente mais ligada à investigação sociológica, mas que faz teoria política, com claro destaque para Boaventura de Sousa Santos (que tem muitos discípulos, como é sabido). Também na Covilhã, na Universidade da Beira Interior, existe trabalho meritório tanto de história como de filosofia política contemporânea – neste caso destacaria a obra de André Barata. Na Universidade dos Açores há um pequeno núcleo, com destaque para Carlos Amaral, que fez formação nos Estados Unidos. Em Évora já existiu trabalho em filosofia política, mas foi algo descontinuado por razões institucionais. Em Aveiro houve algum trabalho episódico, mas nunca houve ensino de filosofia.

Tal como sucede noutras Academias, nomeadamente nos EUA, França e Alemanha, é possível identificar uma escola de pensamento ou uma contribuição filosófica paradigmática relevante desenvolvida por pensadores portugueses? Neste sentido, podemos falar de uma filosofia política portuguesa?

Não, não existe filosofia política portuguesa, tal como, de resto, também não existe filosofia portuguesa, mas apenas filosofia em Portugal – e filosofia política em Portugal.

Que pontos fracos encontra na área da filosofia política em Portugal? E pontos fortes?

Os pontos fracos são a incipiência da comunidade académica enquanto tal, a sua pequena dimensão e a sua ainda escassa internacionalização. Os pontos fortes são o surgimento de uma nova geração cuja agenda e cujo estilo de investigação estão já alinhados com o que se faz na Europa e Estados Unidos. Mas isso sofreu alguma erosão recentemente com a falta de financiamento proveniente da FCT, durante a crise iniciada em 2008.

Parece-lhe que os decisores políticos têm incentivado o desenvolvimento desta área, ou ela é preterida relativamente a outras

áreas, resultado das condições políticas e socioeconómicas que o país atravessa?

A filosofia política foi preterida nos últimos anos em termos de financiamento de projetos, mas o mesmo aconteceu com outras subáreas das ciências sociais e humanas. Creio que isso é um erro que deriva não apenas da nossa conjuntura, mas também das políticas europeias ao longo de décadas. Elas ajudaram a que a Europa perdesse a liderança nas ciências sociais e humanas, precisamente a única área do conhecimento onde teria tido a possibilidade de manter um predomínio global.

Enquanto investigador em Oxford e professor visitante em Providence e Madrid, como classifica o atual nível de desenvolvimento da filosofia política nessas academias comparativamente com o seu desenvolvimento em Portugal?

O nível da filosofia política em Portugal está abaixo dessas academias. Nos Estados Unidos e em Oxford o domínio da filosofia política está extremamente consolidado, com práticas estabelecidas, uma comunidade que se reconhece mutuamente, revistas hierarquizadas pela sua importância, cátedras de referência, etc. Em Espanha a questão não é assim tão simples, mas a comunidade é muito maior, há muito mais praticantes, e a relação com a academia internacional é mais antiga. Há já mais tempo que os espanhóis vivem o mesmo tempo dos praticantes de filosofia política noutras paragens. Além disso, trazem à filosofia política internacional uma diferença específica que tem a ver com as relações especiais que várias instituições em Espanha têm com a América de língua espanhola. Em Portugal nada disso acontece. Estranhamente, a relação com o Brasil é ténue e nós não somos para os brasileiros o mesmo tipo de referência que Espanha é para os latino-americanos em geral. Depois, em Portugal, e apesar dos esforços associativos recentes nos quais estive envolvido – e ainda estou –, não existe verdadeiramente um sentido de comunidade dos filósofos políticos, talvez porque não existam revistas académicas de referência, talvez porque somos uma comunidade pequena e provinciana, na qual tendem a prevalecer mais as questões pessoais do que as discussões intelectuais genuínas.

Por exemplo, muitas vezes vejo teses de doutoramento e mestrado que tratam de temas que foram já objeto de pesquisa em Portugal, mas os autores omitem constantemente as referências portuguesas. Note-se que isso não acontece noutras ciências sociais ou no direito, no qual a referenciação mútua é constante. Isto mostra que a filosofia política em Portugal ainda tem um longo caminho a percorrer.

Como perspectiva o desenvolvimento da filosofia política em Portugal?

Há possibilidades e investigadores promissores. Mas a instabilidade das políticas públicas para a investigação e o ensino e o escasso rejuvenescimento da academia têm sido obstáculos relevantes.

Crê que o atual modelo de organização institucional seguido pelas universidades portuguesas onde se leciona filosofia estimula o desenvolvimento da filosofia política e contribui para a sua gradual autonomização?

A universidade portuguesa deu um salto extraordinário em poucas décadas, mas continua a ser algo provinciana e avessa à inovação. Podia fazer-se mais e melhor com os recursos existentes. Mas isso não é um problema específico da filosofia política.

Crê que o facto de não existir uma associação científica nacional inteiramente dedicada à filosofia política tem repercussões no desenvolvimento desta área? Pensa que no futuro pode nascer uma associação deste tipo? Se sim, quais as linhas de ação mais urgentes?

Como a comunidade é pequena, a associação não é uma premissa. Acho que há alguma vantagem em manter os filósofos políticos associados à APCP (Associação Portuguesa de Ciência Política) e à SPF (Sociedade Portuguesa de Filosofia). Pode ser que no futuro surjam secções de filosofia política no quadro destas duas entidades. Acho que seria mais produtivo do que uma associação autónoma que tenderia a ser praticamente um pequeno grupo de amigos ou conhecidos.

Como classifica o desempenho dos Centros de Investigação ligados a esta área? E a nível da produção científica, que pontos destaca positiva e negativamente?

Os centros de investigação das universidades mais pequenas e com menos alunos foram desaparecendo ou sendo transformados em centros mais difusos e juntando diferentes ciências sociais e humanas. Preocupa-me em particular a junção da filosofia política às chamadas ciências da comunicação – não creio que isso seja intelectualmente estimulante para os filósofos políticos. Devido à sua dimensão e capacidade de financiamento, as universidades de Lisboa e Nova de Lisboa, através do Centro de Filosofia da UL e do Instituto de Filosofia da Nova são as que têm melhores condições materiais. Mas poderiam aproveitá-las melhor. Pelo menos no passado houve alguma falta de organização e empenho. Na Universidade do Minho a filosofia política esteve num centro generalista de estudos humanísticos e isso também foi prejudicial. Mas agora está concentrada no Centro de Ética, Política e Sociedade, com grandes vantagens. A produção científica nos três centros assinalados vai surgindo, mas tem conhecido problemas pela inconstância do financiamento para bolsheiros e recursos de investigação. Se o atual contexto de dificuldades financeiras for ultrapassado, pode retomar-se o processo de convergência com as práticas internacionais.

Pensa que a oferta de formação em filosofia política é adequada à procura existente?

Ainda fazem falta programas doutorais mais consistentes. A única forma de tentar ultrapassar os obstáculos e as insuficiências seria provavelmente a criação de programas interuniversitários de pós-graduação – eventualmente um em Lisboa e outro no Norte – juntando as principais instituições. Mas isso é muito difícil por questões organizacionais e pessoais. Não existe em Portugal uma cultura colaborativa entre as instituições. Elas tendem a ver-se como concorrentes e não como parceiras – e isso é mau.

Neste momento, é coordenador do mestrado de Filosofia Política da Universidade do Minho, lecionando também aos alunos da

licenciatura em Filosofia nessa universidade.² Que recomendações deixa a quem pretende iniciar estudos e seguir carreira na investigação nesta área?

Para quem pretende fazer investigação recomendo que, depois da base que obtiveram na Universidade do Minho, continuem os seus estudos no estrangeiro. Na filosofia política a Universidade do Minho é sem dúvida um lugar de excelência para uma formação a nível do segundo ciclo em Portugal. Mas depois disso deve ir-se para um grande *campus* americano, ou para uma universidade de referência na Europa. Mesmo aos alunos que optam por fazer o seu doutoramento na Universidade do Minho recomendo sempre uma estadia de pelo menos um semestre no estrangeiro. As razões para esta opção são as que decorrem da fraqueza e da pequena dimensão da comunidade académica neste domínio acima assinaladas.

Considera que se deve encorajar o estudo desta área, mesmo sabendo que o índice de empregabilidade é muito reduzido e que as perspetivas profissionais orientadas para o ensino são limitadas?

A empregabilidade é um problema em todas as áreas de ciências sociais e humanas – e não só. Mas a minha experiência, especialmente nos Estados Unidos, mostra que o problema está mais na sociedade do que na academia. Pessoas com uma boa formação em filosofia – e especialmente em filosofia política – podem e devem fazer muitas coisas para além da investigação e do ensino. Podem trabalhar na política e no jornalismo, no tratamento de informação e na gestão de pessoal, em editoras e produtores de conteúdos, assessorar o governo e instituições políticas, etc. Infelizmente, as empresas e outras organizações em Portugal estão à espera de encontrar saídos da academia jovens que estejam preparados para uma função específica dentro da empresa ou da organização. Isso é um absurdo e também não acontece com os formados por exemplo em Economia ou Gestão. O que seria inteligente – e é feito pelas empresas e pelas instituições americanas –

² Deixou o cargo em 2016, ao tornar-se presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.

seria recrutar gente com capacidades, incluindo com formação em filosofia política, e depois dar-lhes formação mais específica na própria empresa ou organização. Acho que os jovens que estudaram filosofia política podem dar muito à sociedade, não apenas na investigação e no ensino.

Leituras recomendadas

- SMITH, Steven. 2012. *Political Philosophy (The Open Yale Courses Series)*. New Haven: Yale University Press.
- KYMLICKA, Will. 2012. *Contemporary Political Philosophy. An Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- SWIFT, Adam. 2013. *Political Philosophy*. Cambridge: Polity Press.

Obras de referência

- ANDRÉ, José Gomes, José Manuel Santos, e Bruno Peixe Dias, coords. 2016. *Teorias Políticas Contemporâneas*. Lisboa: Documenta.
- AURÉLIO, Diogo Pires. 2014. *O mais Natural dos Regimes: Espinosa e a Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.
- BALSEMÃO-PIRES, Edmundo. 2006. *Povo, Eticidade e Razão. Contributos para o Estudo da Filosofia Política de Hegel*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BARATA, André. 2012. *Primeiras Vontades. Da Liberdade Política para Tempos Árduos*. Lisboa: Documenta.
- BERTRAND ROMÃO, Rui, e António Bento, coords. 2008. *Guerra, Filosofia e Política*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- CUNHA, Paulo Ferreira. 2009. *O Essencial sobre Filosofia Política Contemporânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ESPADA, João Carlos. 1997. *Direitos Sociais de Cidadania: Uma Crítica a F. A. Hayek e Raymond Plant*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ROSAS, João Cardoso. 2002. «Rawls in Portugal and Spain». *European Journal of Political Theory*, vol. 1(2): 243-255.
- ROSAS, João Cardoso. 2011. *Concepções da Justiça*. Lisboa: Edições 70.
- ROSAS, João Cardoso. 2012. *Futuro Indefinido: Ensaio de Filosofia Política*. Braga: Edições Húmus.
- ROSAS, João Cardoso, coord. 2020. *História da Filosofia Política*. Lisboa: Editorial Presença.
- SÁ, Alexandre. 2009. *O Poder pelo Poder: Ficção e Ordem no Combate de Carl Schmitt em torno do Poder*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato. 2002. *A Revolução Federal. Filosofia Política e Debate Constitucional na Fundação dos EUA*. Lisboa: Edições Colibri.